

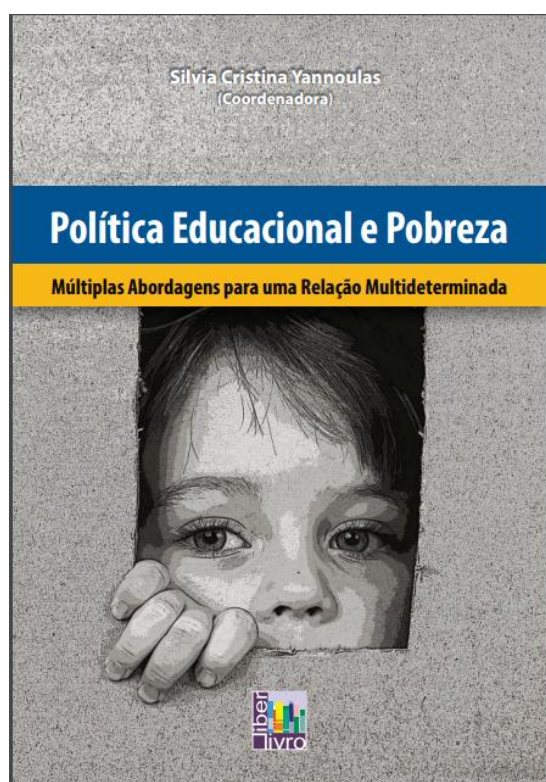
Política Educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada

Educational Policy and poverty: multiple approaches for multifactorial relationship

Talita PRADA¹

RESENHA/ BOOK REVIEW

YANNOULAS, Silvia Cristina (coord). **Política Educacional e Pobreza: Múltiplas Abordagens para uma Relação Multideterminada**. Brasília: Liber Livro, 2013. 280p. (Programa Observatório da Educação – CAPES)



¹ Assistente Social. Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade do Espírito Santo (Ufes, Brasil). E-mail: <talitaprada@yahoo.com.br>.

Este livro é uma coletânea temática, resultado do Projeto: Política Educacional e Pobreza, coordenado pela Professora Doutora Silvia Cristina Yannoulas, da Universidade de Brasília. O objetivo da obra é possibilitar a compreensão das questões econômicas, políticas, culturais, sociais e educacionais que envolvem a educação formal. O intuito é contribuir para a desconstrução de preconceitos ou reducionismos, convertendo o foco para questões estruturais e conjunturais que incidem sobre a educação formal brasileira no contexto atual do capital “fetichado”. Os resultados do projeto foram sintetizados em dez capítulos, divididos em três partes. A primeira refere-se aos saberes sobre a Relação Política Educacional e Pobreza – aqui identificada pela sigla REP. Logo em seguida, discutem-se os recursos para esta relação. E a terceira parte faz a articulação entre o mundo escolar, as professoras e a pobreza. Trata-se de uma obra imprescindível aos estudiosos da Política de educação e pobreza - que atravessa e desafia o universo educacional.

Este livro é uma coletânea temática, resultado do Projeto: Política Educacional e Pobreza, coordenado pela Professora Doutora Silvia Cristina Yannoulas, da Universidade de Brasília. O objetivo da obra é possibilitar a compreensão das questões econômicas, políticas, culturais, sociais e educacionais que envolvem a educação formal. O intuito é contribuir para a desconstrução de preconceitos ou reducionismos, convertendo o foco para questões estruturais e conjunturais que incidem sobre a educação formal brasileira no contexto atual do capital “fetichado”. Os resultados do projeto foram sintetizados em dez capítulos, divididos em três partes. A primeira refere-se aos saberes sobre a Relação Política Educacional e Pobreza – aqui identificada pela sigla REP. Logo em seguida, discutem-se os recursos para esta relação. E a terceira parte faz a articulação entre o mundo escolar, as professoras e a pobreza. Trata-se de uma obra imprescindível aos estudiosos da Política de educação e pobreza - que atravessa e desafia o universo educacional.

O livro articula uma densa teoria sobre Política Educacional e pobreza, recorrendo a uma gama de autores, dentre eles: Algebaile (2009), Aguerrondo (1993), Bordieu e Passeron (1975), Castel (2008; 2010; 2011), Connell (2002), Coleman (1966), Duarte (2012), Dubet (2003), Marx (2006), Marx, Engels (2005); Pereira (2010), Oliveira (2000; 2003), Saviani (2009), Sposati (2000; 2011), Van Zanten (2011), Salvador (2010), dentre outros.

Toda a reflexão valoriza o contexto apresentado pelas escolas participantes do projeto com o estímulo para reflexão sobre a complexidade que envolve a política educacional, suas contradições, limites e possibilidades de atuação inserindo esse debate no campo da política social. Os autores fazem a relação com a práxis, uma vez que trabalham na reflexão sobre a materialização da política educacional na sociedade capitalista em que a existência de conhecimentos construídos socialmente, não garantem sua apropriação de forma igualitária, reproduzindo uma série de privilégios e discriminações. Essa reflexão é levada a um conjunto de instituições escolares, unindo o abstrato ao concreto. Busca, com isso, que a reflexão estimule a alteração das realidades estudadas, sem desconsiderar condicionantes concretos que influenciam nesta relação, como a questão do financiamento, tensionado pela relação capital x trabalho.

A contribuição de Yannoulas vai além da coordenação do livro. Suas reflexões se colocam na apresentação e em mais quatro capítulos ora na condição de autora ora de coautora.

Considerando a estrutura do livro, a primeira parte está composta por quatro capítulos, trazendo uma abordagem teórica sobre o que já foi produzido sobre a REP.

O capítulo um, **Literatura recente sobre uma antiga problemática**, Yannoulas adentra na literatura existente sobre a REP. Em síntese, o levantamento bibliográfico indicou concentração de publicações entre 2007 e 2008, com ênfase na Região Sudeste e nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, com pesquisas que incidiam nas áreas de Economia e Serviço Social. Em relação aos assuntos das publicações, há uma diversidade de assuntos abordados, sendo que foi identificado o esvaziamento de sentido na utilização de termos que remeteram a uma pluralidade de conceitos e vinculações teóricas. A REP foi relacionada à educação como estratégia de ruptura com a pobreza, para manutenção da ordem social e como condição para transformação social, para além da sua limitação à questão de pobreza. No que diz respeito à ordem classificatória as pesquisas se vincularam a corrente interpretativa otimista ou não crítica; corrente interpretativa crítico-reprodutivista; e corrente interpretativa histórico-crítica. Essas teorias apresentam diferentes formas de se compreender o fracasso escolar. A REP também pode ser embasada pela teoria do capital humano, teoria da escolha racional, teoria social democrata e teoria marxista, sem a opção de ser interpretada de forma linear.

O capítulo dois, **Uma crítica da relação entre educação e pobreza**, Duarte aborda as trajetórias escolares diferenciadas de alunos em situação de pobreza do ponto de vista da política social. Destaca que o acesso à educação fundamental da população em situação de pobreza, não veio acompanhado do direito a permanência e sucesso escolar e isso se agrava se considerarmos a questão étnico/racial. Contudo, a responsabilização sobre o fracasso em territórios vulneráveis, recai sobre os alunos e os professores e as questões de infraestrutura econômica são minimizadas ou até mesmo desconsideradas. Baseada nestas questões, o capítulo leva a reflexão sobre a presença massiva de pobres nas escolas e como isso tem desencadeado um percurso escolar de fracasso e evasão, em virtude de uma política educacional que não apresenta projetos interventivos destinados à essa população, que mesmo presente no ambiente educacional, encontra-se invisibilizada, massacrada pela assunção do capital sobre o trabalho.

Já o capítulo três, **Tensões e desafios no espaço escolar: particularidades do Distrito Federal**, Soares faz a relação entre pobreza e política educacional no Distrito Federal. A hipótese é que a população pobre não foi incluída na estruturação original da educação formal e que a política de assistência social utiliza da escola como forma de acessar e de acompanhar a população-alvo beneficiária dos programas de transferência de renda. Contudo, a vinculação desses programas ao campo educacional não ultrapassaria a dimensão operacional-administrativa de acompanhamento da frequência escolar. A educação formal aparece como mecanismo promotor de mobilidade social e de promoção da empregabilidade aos mais pobres e que se baseia na teoria do capital humano. São destacadas as consequências das políticas sociais focalizadas sobre a educação e sua ênfase na transferência de renda. Por fim, ganha destaque o cenário dos serviços de ensino fundamental no Distrito Federal e o fracasso escolar com a explicitação das características educacionais da localidade que atende ao critério populacional e de classe social, refletindo na disparidade da concentração das escolas, segundo a região administrativa. Isso é observado por meio do número de escolas e a taxa de matrícula das regiões administrativas.

Enquanto no Plano Piloto/ Cruzeiro existem 66 escolas com uma taxa de matrícula de 2.852 alunos, em Samambaia, região com maior concentração de situação de pobreza, há 35 escolas e uma taxa de matrícula de 10.336 alunos. Isto reflete as desigualdades entre as ofertas educacionais nas regiões administrativas. O texto apresenta ainda uma análise da percepção das professoras, das beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e de gestores sobre educação e programas de transferência de renda. Sobre a REP, não há consensos e as contradições que envolvem o desempenho escolar são encobertas.

No último capítulo da parte um, **Avaliação sem impacto na aprendizagem**, Horta discute os efeitos negativos que as avaliações educacionais externas podem causar nos processos de ensino aos alunos do ensino fundamental. O debate é sobre os objetivos do processo avaliativo e como ele tem sido desvirtuado por meio das políticas neoliberais, nas quais o foco da preocupação das políticas sociais passa a ser o desempenho dos estudantes nos testes e não mais no aprendizado, consequência do processo de ranqueamento das escolas. O estudo feito sobre a qualidade educacional, por meio da mídia impressa, constatou que a preocupação em relação aos testes do ensino fundamental, não é com o aprendizado dos alunos, mas com o desempenho das escolas e dos sistemas educacionais no teste.

A segunda parte traz em debate **os recursos para a relação entre política educacional e pobreza** e se divide em três capítulos. Abrindo essa parte, Marcelo Siqueira Guilherme e Evilásio da Silva Salvador debatem **O financiamento público da política educacional no Distrito Federal no Período de 2007 a 2010**, com destaque para os fundos públicos de educação e sua composição. Apresenta o histórico de financiamento da política educacional que focaliza o ensino fundamental, em detrimento da educação infantil e o ensino médio. Perpassa pelos gastos públicos em educação no Distrito Federal (DF) que não difere da realidade brasileira, marcada pelo sucateamento, pouco investimento em pesquisa, infraestrutura das escolas comprometidas e em reformas em pleno ano letivo, gerando risco a comunidade escolar. Além disso, dá-se ênfase aos programas educacionais existentes no DF, sua execução e financiamento. A educação no DF, apesar da existência de um orçamento que lhe permitiria avanços, ele não ocorre porque a destinação de recursos não é feita para a melhoria da educação pública, sendo prioritários os interesses econômicos.

O debate dá continuidade no capítulo seis, **Financiamento dos programas de formação docente (OLIVEIRA, Talita Santos de; YANNOULAS, Silvia Cristina)** com o questionamento de como têm se dado os gastos do Ministério da Educação (MEC) com programas de formação continuada para docentes da educação básica. Discute-se a como tem se dado regulamentação da formação docente na América Latina e Caribe e as consequências da formação deficitária de professores na reprodução das desigualdades. Outro foco do debate foram as ações do MEC destinadas à formação docente. O que se observa é que, apesar do aumento da formação docente nos últimos anos, seu foco foi a Educação básica, com índice de investimento baixo, que não possibilitou o aumento da participação dos docentes. A formação esteve focada nos profissionais de ensino fundamental, na compensação da formação superior precária e na capacitação para o uso de novas tecnologias, e não em temas transversais como a pobreza no ambiente escolar.

O capítulo sete, **Programa de Transferência de renda e condicionalidades educacionais: Acesso ao direito ou moralização do acesso**, levanta a reflexão sobre a

pobreza em âmbito mundial e o papel dos Programas de Transferência Monetária Condicionada (PTMC). Em seguida, os autores debatem o PBF. O financiamento e seu parco impacto nas contas públicas, foi também evidenciado. A concepção de educação assumida pela PBF é da educação como redenção e reprodução que coaduna com a lógica neoliberal das políticas sociais. Desconsideram-se as condições de pobreza e a educação passa a ser responsabilidade da família, independente das condições que esta tem para a promoção da permanência escolar de seus membros com aprendizagem. O que se busca é o controle social sobre os pobres. As autoras defendem a educação como um direito incondicional e que não deve ser tratado como uma condição de acesso dos pobres a determinados programas sociais (TELES; STEIN).

A terceira parte aborda o mundo escolar, professoras e pobreza. O capítulo oito, **Conversando com as professoras de Educação Básica** apresenta os resultados de um grupo com sete professoras da educação básica do DF e região de entorno com o objetivo de refletir sobre as concepções de pobreza que estas apresentam. A conceituação de pobreza esteve vinculada ao senso comum, com manifestações de preconceito e discriminação, sendo categorizada dentro das perspectivas técnica, socialista, liberal e moralista. A situação de pobreza mostra-se complicada de ser superada, tanto pelos seus determinantes sociais como pela compreensão que se tem dela. O grupo problematizou as concepções de pobreza e contribuiu para o enfrentamento do preconceito e discriminação pela classe das professoras, com o estímulo a reflexão crítica sobre os percursos escolares diferenciados entre os alunos ricos e pobres (YANNOULAS; DUARTE).

O capítulo nove, **Cotidiano escolar e situação de pobreza evidencia** a trama da relação estabelecida entre educação formal e população em situação de pobreza, como ela se expressa no interior do espaço escolar, no cotidiano das escolas públicas e qual a sociabilidade escolar que está em debate. Foram identificadas cinco dinâmicas escolares diferenciadas, classificadas como: Escola dos Iguais, Escola Paraíso, Escola Integral, Escola Esconde-Esconde e a Escola Tomada e ressaltada suas peculiaridades. Identificou-se a tentativa das escolas públicas em invisibilizar as problemáticas relacionadas à situação de pobreza dos alunos por ser considerada de responsabilidade individual e algo negativo. Os programas sociais destinados a essa população são pouco conhecidos pelas professoras, e baseados na noção de pobreza direcionada para satisfação de necessidades pontuais de ordem material (YANNOULAS; DUARTE).

Por fim o capítulo dez, **O projeto político pedagógico (PPP): instrumento para pensar a situação de pobreza nas escolas?**, complementa o capítulo anterior ao discutir os resultados da oficina que objetivou refletir como a situação de pobreza poderia ser visibilizada, explicitada e trabalhada no contexto das escolas de educação básica e ainda promover a aproximação entre Educação e Serviço Social. Foram traçadas as características da escola ideal. Os grupos denominaram as escolas ideais como: Escola de Proteção Integral, Escola de Bem-Estar, Escola Cidadã, Escola Atrativa e as caracterizaram utilizando em suas falas principalmente com os verbos possuir, oferecer e ser, que posteriormente foram trabalhados em diferentes grupos. Por último foi traçada a relação entre o PPP e a Pobreza, no qual o PPP é um instrumento capaz de absorver as questões construídas na oficina como resposta às dificuldades em se alcançar a escola ideal e que não é apropriado pelas escolas para o enfrentamento da pobreza dos alunos (SOARES; SOUZA).

A leitura dessa obra nos permite adentrar no desafio de pensarmos a relação existente entre a pobreza e a educação com uma leitura agradável e que nos inquieta a aprofundarmos as experiências relatadas no livro e buscarmos ir além das suas páginas em outras obras que abordem o tema, estreitando os laços entre a Educação e o Serviço Social.

A coletânea nos dá elementos para a compreensão de várias determinantes que incidem sobre a educação e que desvelam as teorias liberais conservadoras, como a teoria do capital humano. Utiliza o método crítico-dialético como pilar das discussões apresentadas no intuito de pensarmos a intervenção no ambiente educacional, aliando o abstrato ao concreto.

Por fim, o aprofundamento na obra é fundamental aos profissionais da educação, uma vez que os elementos por ela trazidos levam à desconstrução de inúmeros preconceitos ou reducionismos no interior das instituições, com a ênfase na compreensão das questões estruturais e conjunturais que envolvem a educação formal e refletem na intervenção profissional.

Referências

AGUERRONDO, I. **Escuela, fracaso y pobreza**: como salir del círculo vicioso. Washington: OEA, 1993.

ALGEBAILLE, E. **Escola Pública e pobreza no Brasil**: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2009.

BORDIEU, P. PASSERON, J. C. **A reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1975.

CASTEL, R. **A discriminação negativa**: cidadãos ou autóctones. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. *In*: CASTEL, R; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORI-WANDERLEY, M. **Desigualdade e questão social**. 3. ed. rev. e amp. 2 reimp. São Paulo: Educ, 2011. p. 21-54.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. 9. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

COLEMAN, J. **Equality of Educational Opportunity Study (EEOS)**. U.S. Department of Health, Education and Welfare. Ann Arbor, MI: Inter-university Consortium for Political and Social Research, 1966.

CONNELL, R. W. Pobreza e educação. *In*: GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 11. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. p. 11-42.

DUARTE, N. de S. **Política Social**: um estudo sobre educação e pobreza. 2012. Tese (Doutorado em Política Social)-Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Brasília (DF), 2012.

DUBET, F. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 29-45, jul. 2003.

GENTILI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, 2009.

GENTILI, P. **Desencanto y utopia**: La Educacion em el Labetinto de los nuevos tiempos. Rosário (Argentina): Homo Sapiens, 2007.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: LePM, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2005.

OLIVEIRA, D. **Educação Básica**: Gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

OLIVEIRA, D. (org.). **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PEREIRA, P. A. P. Entrevista. Politizando. **Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Política Social**. Brasília: UnB, 2010.

SALVADOR, E. da S. **Fundo Público e Seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, D. As teorias da educação e o problema da marginalidade. *In*: SAVIANI, D. **Escola e Democracia**: Teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 41. ed. ver. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 3-32.

SPOSATI, A. Exclusão e fracasso escolar – o que pensam outros profissionais? **Em aberto**, Brasília (DF), v. 17, n. 71, 2000.

SPOSATI, A. Tendências Latino-Americanas para a Política Social Pública no século 21. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104 -115, 2011.

VAN ZANTEN, A. (Org.) **Dicionário de Educação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.